

Senado vai passar a cobrar taxa de quem usa espaço

Medidas de contenção de gastos incluem voltar de funcionários cedidos

• BRASÍLIA. As agências bancárias, partidos, assessorias parlamentares e entidades que têm instalações no Senado terão que pagar pelo espaço a partir de abril. A decisão, tomada ontem pela Mesa Diretora, será assinada hoje pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Inclui até mesmo seu partido, que ocupa salas no 26º andar do Anexo I. Será cobrada uma taxa proporcional à área ocupada, para cobrir as despesas com luz, água, ar condicionado, telefone, limpeza, elevadores e manutenção. Antônio Carlos assinará também ato da Mesa que prevê a cobrança de fotocópias e impressos. A assinatura acontecerá na Gráfica.

— Tudo será cobrado, dentro das possibilidades de cada entidade, até para que não haja abusos — disse Antônio Carlos.

Funcionam hoje no Senado, além da presidência do PFL, a Fundação Pedroso Horta, do PMDB, agências do Banco do Brasil, uma representação do Parlamento Latino-Americano, da União Interparlamentar, assessorias parlamentares dos ministérios e órgãos do Governo. A ocupação é gratuita e o Senado arca com os custos.

As medidas dão continuidade ao plano de redução de gastos, anunciado no fim de semana em reunião com os diretores do Senado. Será feito um levantamento dos custos por metro quadrado e o total deverá ser rateado pelos ocupantes dos espaços.

Fotocópias e impressos passarão a ser cobrados

A diretoria-geral também decidirá hoje o preço a ser cobrado pelas fotocópias e impressos. Serão pagas as cópias solicitadas à Biblioteca e ao Serviço de Informação Legislativa, que fornece dados sobre a tramitação de projetos. Os avulsos dos projetos também serão cobrados. Nem os parlamentares escapam. Eles também terão que pagar pelos serviços se ultrapassarem a cota de papel a que têm direito.

Antônio Carlos determinou ainda que as requisições de funcionários não sejam renovadas e que os funcionários retornem.

— O funcionário cedido terá que voltar a trabalhar ou desistir de ser funcionário — disse.

Além disso, o primeiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), está revendo os contratos com empresas prestadoras de serviços. O Senado acredita que o setor é cartelizado e vai exigir que as empresas contratadas cumpram resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) que estabelece uma relação entre o preço cobrado pelo serviço e o salário pago a seus empregados. ■